



# Advogados contestam regime fiscal

Associação de Sociedades de Advogados de Portugal, liderada por João Afonso Fialho, contesta regime que acusa de penalizador para firmas. **P32**



# “Regime de transparência fiscal é uma injustiça”

**Advocacia** Associação das Sociedades de Advogados promete continuar a lutar contra o regime de transparência fiscal.

**Filipe Alves**

filipe.alves@economico.pt

A Associação de Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) considera que o regime de transparência fiscal aplicável ao sector prejudica as firmas portuguesas, colocando-as em desvantagem face aos concorrentes espanhóis e britânicos, disse ao Diário Económico o presidente da ASAP, João Afonso Fialho.

As sociedades de advogados estão sujeitas ao regime de transparência fiscal. Tal significa que a sua matéria colectável apurada é imputada directamente aos sócios como rendimentos de categoria B, mesmo que não haja distribuição de lu-

ros. Segundo João Afonso Fialho, a ASAP vai divulgar uma recomendação aos seus associados, elaborada por João Espanha (fiscalista e membro da direcção da associação), sobre este tema. No entender da ASAP, a manutenção do regime de transparência fiscal é uma situação “gravíssima” que penaliza os advogados que exercem a advocacia em sociedade.

“Obrigam-nos a antecipar impostos ao Estado sobre receitas que não sabemos se vamos receber. É uma coisa absolutamente inadmissível”, disse o advogado, que é também sócio do escritório Vieira de Almeida & Associados.

“É uma situação que continua a ser gravíssima e que é



“

**São largos milhões que antecipamos em impostos, sobre receitas que não sabemos se vamos receber.**

João Afonso Fialho  
Presidente da Associação de Sociedades de Advogados de Portugal

uma questão muito importante em termos concorrenciais”, argumentou o presidente da ASAP, acrescentando que os escritórios portugueses competem em desigualdade com os seus concorrentes de países como o Reino Unido e Espanha.

“O problema continua sem solução à vista, certamente por conveniência dos poderes públicos em arrecadarem uma receita muito interessante, trimestralmente, a partir das sociedades de advogados. Estamos a falar de largos milhões de euros”, disse ainda.

E acrescentou que a revisão dos Estatutos da Ordem dos Advogados, que teve lugar recentemente, foi uma oportunidade

perdida para ajudar a resolver o problema, já que as sociedades de advogados podem passar a constituir-se como sociedades comerciais, mas em termos fiscais continuam sujeitas ao mesmo regime. “Isto acontece connosco, com os solicitadores e com mais meia dúzia de infelizes que não têm maneira de se livrarem deste regime”, disse.

O presidente da ASAP lamentou ainda que a Ordem dos Advogados “não entenda, sequer, o problema”. “Não me refiro ao titular A ou B, mas à Ordem, que não entende o problema e não o quer entender, por estar mais preocupada com os advogados que exercem em regime individual”, disse. ■